



16, 17 e 18 de setembro de 2014

Hotel Maksoud Plaza

São Paulo – SP

REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DA SOCIEDADE CIVIL NOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: PROPOSTA METODOLÓGICA¹

CIVIL SOCIETY REPRESENTATION AND REPRESENTATIVENESS IN COMITTEES OF BASIN IN RIO DE JANEIRO STATE: METODOLOGICAL PROPOSITION

Rogério Soares Bigio ; Alfredo Akira Ohnuma Jr

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rogério.bigio@hotmail.com ; akira@uerj.br

Palavras-Chave: *Recursos Hídricos, Representação, Representatividade.*

Key Words: *Water Resources, Representation, Representativeness.*

1. INTRODUÇÃO

No âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH, segundo os princípios da descentralização e da participação presentes na legislação brasileira (Lei nº 9433/97), estão definidos os diversos entes responsáveis pela gestão e pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Dentre eles, destacam-se os Comitês de Bacia Hidrográfica - CBHs, órgãos com poder deliberativo, responsáveis pela tomada de decisão sobre a gestão de recursos hídricos em suas áreas de atuação. A Lei das Águas determina que estes colegiados sejam constituídos, de forma equilibrada, por representantes dos três setores diretamente interessados na gestão dos recursos hídricos: Poder Público, Usuários e Sociedade Civil.

Tomando por base o documento Retrato 3x4 das bacias pesquisadas, do Projeto Marca d'Água (JOHNSSON e LOPES, 2003), os principais Comitês do Brasil apresentavam uma estrutura de composição das representações dos diversos setores envolvidos que pouco favorecia a efetiva participação social. Pode-se observar que não existe dúvida quanto à legitimidade dos representantes do Poder Público e do Setor Usuário, porém, não se pode obter a mesma conclusão para o Setor Sociedade Civil. O Comitê dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (SP), por exemplo, apresentava 16 vagas para a sociedade civil, sendo que 8 correspondiam à usuários das águas, 2 à

¹Artigo elaborado a partir da dissertação de mestrado "A SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - representação e representatividade nos comitês de bacia hidrográfica no Estado do Rio de Janeiro", em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FEN).

universidades e instituições de pesquisa, 2 a sindicatos de trabalhadores e associações não-governamentais e comunitárias, e 4 correspondiam à entidades ambientalistas.

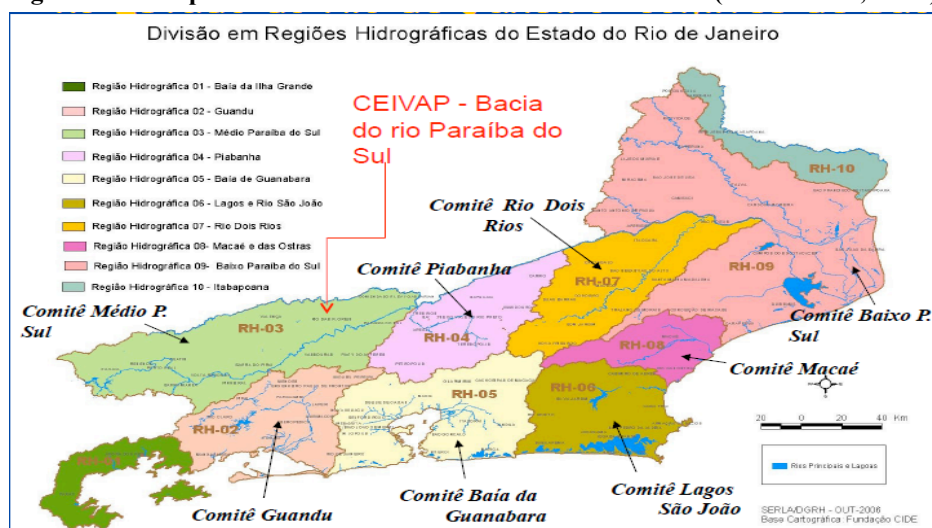
Este fato leva à reflexão de que se a representação não for adequada (*abrangência, efetividade e escala*), não se traduzirá a dimensão social presente no espaço geográfico no que se refere ao uso da água. Já a representatividade, se não for exercida plenamente, os interesses defendidos serão outros que não aqueles dos representados.

Dentro desta perspectiva, este artigo busca discutir uma metodologia adequada à análise da representação e da representatividade da Sociedade Civil nos comitês de bacia hidrográfica instalados no Estado do Rio de Janeiro.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O escopo deste trabalho inclui os nove CBHs de rios de domínio estadual (RJ), e o Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul – CEIVAP, rio de domínio da União, CBHs cujas áreas de atuação situam-se, em uma das regiões mais urbanizadas do País, conforme pode ser observado na figura 01.

Figura 01 – Mapa do Estado do RJ com os CBHs em foco – (fonte INEA, 2012)



Para que a representação e a representatividade sejam plenas, na prática, a Sociedade Civil precisa estar adequadamente refletida nos plenários dos CBHs. Assim, esta representação precisa: 1) *abranger, empiricamente, todas as categorias com interesses em recursos hídricos existentes na bacia hidrográfica*; 2) *representar efetivamente a sociedade civil*; 3) *ter escala geográfica adequada e*; 4) *ter representatividade, ou seja, qualificar a representação*.

A metodologia é embasada no método dedutivo com uma primeira fase que consiste no aprofundamento da análise documental já iniciada, cujo objetivo é melhor compreender a estrutura,



16, 17 e 18 de setembro de 2014

Hotel Maksoud Plaza
São Paulo – SP

composição e procedimentos dos CBHs em foco A segunda fase se dará por meio de aplicação de questionários junto aos representantes da Sociedade Civil presente nos CBHs. Estes questionários serão preparados de forma que, após sua aplicação, será possível conhecer, dentre outros aspectos: as características dos representantes e das entidades a que pertencem; o detalhamento do processo eleitoral relativo à Sociedade Civil; a quem representam; qual a relação política estabelecida com seus representados e; qual a consciência de cada um quanto ao seu papel no CBH;

Os dados, assim obtidos, sofrerão as análises pertinentes com vistas a se obter uma visão real sobre: 1) a *Representação da Sociedade Civil, considerando sua efetividade, abrangência e escala geográfica* 2) *Representatividade, considerando-a como a qualificação da representação e;* 3) *os desafios e as oportunidades para a qualificação da participação da sociedade civil.*

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO PRELIMINARES

Consultando-se documentos disponíveis nas páginas eletrônicas dos CBHs, efetuou-se uma análise preliminar com a composição 2012-2014 da Sociedade Civil. Pode-se observar, conforme detalhado no quadro 01, a presença de entidades com questionável aderência a este Setor, e/ou com escala geográfica de atuação também questionável.

Quadro 01 – Entidades aparentemente em conflito com a representação da Sociedade Civil

CBH	Entidade	Questionamento
BIG	Apepad – Associação de pescadores profissionais e amadores de Angra	Efetividade – Assoc. de usuários
	Bio Eco - Atividades associativas “não especificadas anteriormente”	Efetividade – conexão com RH
MPS	Adefimpa – Associação de portadores de deficiência física e doenças crônicas dos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes	Efetividade – conexão com RH
	Acampar – Associação dos criadores de abelhas do médio Paraíba	Efetividade – conexão com RH
PIABANHA	Apea - Associação petropolitana de engenheiros e arquitetos	Efetividade – conexão com RH
	Acedart – Ass. comunitária educacional radiofônica de desenvolvimento	Efetividade – conexão com RH
LSJ	Arte por Arte	Efetividade – conexão com RH
	Associação casimirensense das pessoas com deficiência	Efetividade – conexão com RH
	Ameas – Associação mulheres empreendedoras acontecendo em Saquarema	Efetividade – conexão com RH
	Asaerla - Associação de arquitetos e engenheiros da região dos lagos	Efetividade – conexão com RH
R2R	Ies Brasil	Escala geográfica
	Instituto rio Carioca	Escala geográfica
	Crapml – Cooperativa regional agropecuária de Macuco	Efetividade – Cooperativa Agropec
	Aeanf – Associação de engenheiros e arquitetos de Nova Friburgo	Efetividade – conexão com RH
MACAÉ	Oficina Escola As Mãos de Luz	Efetividade – conexão com RH
	Associação de apoio à Escola Estadual José Martins da Costa	Efetividade – conexão com RH
BPS	Fundenor - Fundação norte fluminense de desenvolvimento regional	Efetividade – Fundação Regional
	Oab – Organização dos advogados brasileiros	Efetividade – autarquia federal
CEIVAP	Instituto rio Carioca	Escala geográfica

Uma entidade equivocadamente situada no setor sociedade civil, além de comprometer a **efetividade** da representação deste setor, ocupa uma vaga a ele destinada, o que reduz duplamente seu espaço de atuação, e compromete a **abrangência** de sua atuação na medida em que reduz a



quantidade de vagas a ela destinada. A **escala geográfica**, quando inadequada, prioriza a discussão em torno de temas mais generalistas, em detrimento dos aspectos locais.

A vertente da representatividade, ou seja, a qualificação da representação, encontra-se em fase de análise e discussão. Após identificação dos representantes de cada entidade de origem, espera-se observar a efetividade e a qualidade das ações tomadas, sobretudo em plenárias, capacidade de defesa técnica, valorização do conhecimento e comprometimento com o CBH.

4. CONCLUSÃO

Muitas das representações aparentemente em conflito com a representação da Sociedade Civil, aqui identificadas, estão amparadas na legislação em vigor que inclui, entre as entidades que podem ocupar as vagas da Sociedade Civil nos CBHS, Associações de Usuários de Água, Consórcios Intermunicipais e “outras organizações reconhecidas pelos Conselhos de Recursos Hídricos”. Esta estrutura de composição das representações possíveis no Setor Sociedade Civil pouco favorece a efetiva participação social, fato este que indica, talvez, a necessidade de alterações pontuais nos diplomas legais.

As constatações observadas quanto à representação sugerem indícios de que a sociedade civil poderia não estar efetivamente representada nestes plenários e nem de acordo com a abrangência das categorias com interesses em recursos hídricos existentes nas bacias hidrográficas, restando dúvidas, também, quanto à sua escala geográfica.

REFERÊNCIAS

Brasil, Lei nº 9.433/97

HENKES, S.L. Histórico legal e institucional dos recursos hídricos no Brasil. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4146&p=2>, 2003. Capturado em 05.jul.2013.

MEIER & BASSO, A representação e a representatividade nos comitês de bacia hidrográfica: uma construção metodológica, XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos – ABRH, 2013

MELHORAMENTOS. Michaelis: Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

PNUD. Manual de capacitação de gestión integrada de los recursos hídricos para organizaciones de cuencas hidrográficas, da Cap Net, 2008.

SANTOS, I.A. & SAITO, C.H. A mitificação da participação social na política nacional de recursos hídricos – gênese, motivação e inclusão social, Geosul, v21, n.42., 2006

<http://www.agevap.org.br/agevap/>, visitado em agosto de 2013

<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/GESTAODEAGUAS/RECURSOSHIDRICOS/Comitedebacias/index.htm&lang=>, visitado em agosto de 2013